

PREFÁCIO

Os sistemas de seguridade social criados ao longo do século XX em todo o Ocidente para proteger grupos sociais mais vulneráveis – como de pessoas idosas ou incapacitadas, dentre outros – têm sido um alvo privilegiado de ataques de neoliberais desde o seu surgimento, ainda na década de 1980. As razões alegadas variam da defesa direta do interesse de instituições financeiras privadas, que sempre cobijaram o volume de recursos investido no sistema, às lágrimas de crocodilo derramadas em favor das pessoas beneficiárias da seguridade social, que pagam o custo da ineficiência e corrupção do Estado.

Na visão neoliberal, a seguridade social deveria ser mais um segmento do sistema financeiro, no qual quem pode e quer investe mais para obter mais benefícios no futuro, como ocorre com qualquer outro investimento. Neoliberais ignoram (ou ocultam) deliberadamente a natureza redistributiva do sistema, essencial desde a criação do primeiro sistema amplo de seguridade social nos Estados Unidos, por iniciativa do presidente Franklin Roosevelt.

Este ano, as ameaças, perspectivas e alternativas para tornar realidade o direito universal à seguridade social são o tema da rede de organizações da sociedade civil *Observatório da Cidadania/Social Watch* e constituem o cerne desta edição do relatório anual.

O artigo inicial da sessão Informes Temáticos,¹ de Cecília Alemany, oferece um panorama da situação da seguridade social no mundo, a partir das análises, informações e relatórios de países produzidos por especialistas e organizações participantes da rede. Em seguida, Antonio Tricarico alerta para os malefícios do modelo proposto pelo Banco Mundial para as políticas de promoção social, que desloca a responsabilidade pelo risco social – velhice, desemprego, doença, entre outros – do âmbito do Estado para o indivíduo.

Aldo Calliari e Fernando J.C. Carvalho tratam de um aspecto central dos atuais processos de privatização da previdência social: a utilização de recursos de poupanças previdenciárias para investimento nos fundos de *private equity* e de *hedge*, que conduzem operações especulativas de alto risco, não sujeitas à regulamentação e sem transparência.

A economia mundial paralela construída pelas elites, não sujeita às normativas territoriais e excluída do pagamento de impostos, é o tema de John Christensen, coordenador da Rede

pela Justiça Fiscal. A existência de paraísos fiscais estimula a evasão fiscal, reduzindo os recursos para o investimento público. Negócios “secretos” corroem a democracia, contribuem para o desenvolvimento de uma cultura pública de desrespeito às leis, minam a capacidade dos Estados de prover serviços sociais.

O Panorama Brasileiro desta edição traz a discussão da seguridade social para o Brasil. Um dos pontos polêmicos presentes neste capítulo tem a ver com a própria dificuldade de quantificar as pessoas que trabalham sem proteção social no país. Dependendo da metodologia e do índice escolhidos para análise, é possível encontrar números que variam de 32,1 milhões (Dieese/Seade) a mais de 40 milhões (Cepal). Seja qual for a análise considerada, o cenário é desolador. Por isso, cada articulista aponta problemas, mas, principalmente, propostas para que possamos modificá-lo em um futuro o mais próximo possível.

Sônia Fleury destaca que a consagração, na Constituição de 1988, do modelo de seguridade, que abrange a previdência, a saúde e a assistência social, “introduziu a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania”. A autora discute as possibilidades de universalização da seguridade social e apresenta, para tal, uma proposta de agenda. Movimentos de mulheres organizados no Fórum Itinerante da Previdência Social também apresentam suas demandas para a concretização da inclusão previdenciária e proteção social das mulheres.

Evilásio Salvador investiga as fontes de financiamento do sistema de seguridade, a alocação dos gastos e os problemas enfrentados pelo sistema, derivados das políticas fiscais e econômicas. Além de desmistificar o conceito de déficit previdenciário, o autor sublinha a importância da seguridade social como instrumento de desenvolvimento econômico e social, apresentando propostas para a ampliação e consolidação dos direitos à seguridade.

Partindo da análise conceitual e histórica da seguridade, Ivanete Boschetti discute as lógicas “do seguro” e “da assistência” e a sua forma de incorporação pelos diversos modelos de seguridade social na América Latina e no Caribe, examinando as transformações sofridas com o “dilúvio neoliberal que varreu a região nas décadas de 1980/1990”. A autora trata ainda da expansão de benefícios não contributivos de natureza assistencial, focalizados em situações de extrema pobreza, que vêm sendo implementados na região para compensar a ausência de rendimentos do trabalho e as limitações impostas aos sistemas de seguridade.

¹ Estão aqui, impressos e traduzidos, alguns dos textos dos Informes Temáticos da edição internacional. O restante encontra-se disponível no CD que acompanha esta publicação.

Finalmente, Regina Novaes introduz um tema, inédito no Observatório da Cidadania (*OC*): políticas para a juventude. A partir de informações preliminares de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre a juventude, realizada em seis países da América do Sul, Novaes explora as formas de participação sociopolítica de jovens e propõe a necessidade de aprofundamento das reflexões sobre a centralidade do debate sobre a juventude, para se pensar o futuro das sociedades democráticas e alternativas para o desenvolvimento.

Há 10 anos, o *OC* vem publicando, no Panorama Brasileiro, análises das políticas públicas e seus impactos na erradicação da pobreza e na promoção da equidade, refletindo as agendas e preocupações das organizações participantes da iniciativa no Brasil, no seu trabalho de monitoramento e busca de influência sobre o processo de decisão política. Em maio deste ano, representantes de algumas dessas organizações reuniram-se para uma avaliação crítica dessa trajetória e para a discussão das perspectivas de trabalho.

Para subsidiar essa avaliação, Celia Kerstenetzky e Marcelo Paixão analisaram todas as contribuições publicadas desde 1997² no Panorama Brasileiro. Na avaliação de ambos, essa produção é uma amostra significativa do pensamento da sociedade civil sobre as políticas públicas implementadas no marco da Constituição de 1988, em um ambiente em que “as tímidas políticas econômicas ... contrastam com a expansiva democracia recém-instalada” (Kerstenetzky). Entre as principais contribuições para o aprofundamento das análises e insumos para a ação política das movimentos e organizações sociais, destaca-se “a preocupação incomum com a propagação de questões tidas como duras, ligadas aos assuntos macroeconômicos e financeiros no seio dos movimentos sociais” (Paixão). As duas avaliações contribuem positivamente para o processo de reflexão sobre políticas sociais que o *OC* busca estimular.

A atualidade dos temas tratados nesta edição não poderia ser mais evidente. Por outro lado, ao chegar à maturidade, o *OC* não poderia deixar de se debruçar sobre si mesmo para avaliar sua trajetória e definir novos desafios. O engajamento no debate sobre as políticas para a juventude ilustra a evolução incessante da reflexão sobre problemas e políticas sociais. ■

FERNANDA LOPES DE CARVALHO
Coordenadora da edição brasileira
do *Observatório da Cidadania/Social Watch*

OC VIRTUAL

O CD que acompanha esta publicação contém a íntegra das edições 2007 em espanhol e inglês, incluindo relatórios de países, Índice de Capacidades Básicas (ICB), Índice de Equidade de Gênero (IEG) e quadros estatísticos mostrando avanços e retrocessos dos países em relação a diversas metas de desenvolvimento social. A novidade deste ano é uma parte especial, com todos os artigos publicados no Panorama Brasileiro desde a primeira edição. ■

2 Os textos completos encontram-se no CD que acompanha esta publicação.